
25ª. Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, às 14h30, de forma virtual, por meio da plataforma Zoom, realizou-se a 25ª reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro. Participaram da reunião os seguintes membros do Comitê: José Edson Maciel, membro titular (Alunorte Alumina do Norte do Brasil S/A); Marcelo Moreno (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará – Semas), membro suplente; Mário Santos, membro titular (1ª Representação da Sociedade Civil); Jackeline Sales, membro titular (2ª Representação da Sociedade Civil); Fátima Solange, membro titular (4ª Representação da Sociedade Civil); Rozemiro Brito, membro titular, e Amauri Figueiredo, membro suplente (5ª Representação da Sociedade Civil); Elidiane Cardim, membro titular (6ª Representação da Sociedade Civil); Rosa Maria Dias da Silva, membro titular (7ª Representação da Sociedade Civil); Elisomar Barreto, membro titular (8ª Representação da Sociedade Civil); Maria das Graças Figueira Pereira, membro titular, e Hamilton José Moreira Caminha, membro suplente (9ª Representação da Sociedade Civil) e Vagner Ferreira, membro titular (10ª Representação da Sociedade Civil). Também estiveram presentes, na condição de convidados pela Norsk Hydro Brasil: Daniel Arvani (Gerente de Engenharia e Projetos da Área de Resíduos B&A da Hydro) e convidadas pela Semas: Fernanda Sequeira (Procuradora do Estado do Pará), Rosa Mendes (Coordenadora de projetos industriais da Semas) e Yasmin Lima (Técnica em gestão do meio ambiente da Semas). Justificaram a ausência: Eduardo Gonçalves, membro titular (Ministério Público Federal – MPF); Eduardo Bustamante, membro titular (Norsk Hydro Brasil); Gilvandro Ferreira Santa Brígida, membro titular (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas de Barcarena); Vera Nascimento, membro suplente (Representação 1); Gracilene Barreto, membro suplente (Representação 3) e Ivo Torres, membro suplente (Representação 8). Além destes participantes, representando a secretaria executiva do Comitê, estavam as seguintes pessoas: Edane França Acioli, Paulo Pantoja e Juliane Frazão (IEB). Os membros presentes receberam a formalização do convite via e-mail expedido pela secretaria executiva, em 22 de julho de 2022, onde também constava a data e a pauta desta reunião, aprovadas durante a reunião do dia 31 de maio de 2022. Antes do início da pauta, Edane Acioli fez uma breve explicação com instruções iniciais acerca da dinâmica regimental da reunião. Dando início aos trabalhos, é declarada a abertura da 25ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC. Adentra-se no primeiro ponto de pauta: **1) Temas ordinários. 1.1) Aprovação da ATA da 24ª Reunião (31.05.2022).** Houve solicitação de extensão de prazo para a leitura e análise da ata por alguns membros. Assim, ficou acordado que a aprovação seria realizada por e-mail. Após o período solicitado, houve manifestações de concordância com o texto, sendo considerada aprovada. O ponto **1.2) Leitura dos encaminhamentos pendentes** não foi realizado, passando-se diretamente para as apresentações dos pontos principais de pauta, devido à presença de convidados nos dois pontos a serem tratados. Ficando acordado que

a folha de encaminhamentos atualizada seria compartilhada via e-mail com os membros para leitura, caso haja questões, serão tratadas por e-mail ou em outros canais de comunicações do Comitê. Na sequência, passou-se ao segundo ponto da pauta: **2) Atualização de Item do TAC, ponto 2.1) Atualização do plano de aplicação das multas pagas e depositadas no Fundo Estadual de Meio Ambiente (Fema).** Marcelo Moreno (Semas) inicia a apresentação esclarecendo sobre o Fundo Estadual do Meio Ambiente, que foi criado por lei e tem por objetivo financiar planos, programas, projetos, pesquisas e tecnologia voltados à questão ambiental. O Fema possui natureza econômica-contábil e constitui uma unidade orçamentária da Semas, tendo dotação orçamentária do próprio estado, de valores de multas, dentre outros. Em relação aos recursos do TAC, Marcelo explica que eles são de utilização específica e a sua aplicação está sendo dialogada dentro do Comitê Gestor do Plano de Aplicação dos recursos das multas do TAC Hydro. Marcelo relembra que a minuta deste Plano já foi apresentada em outra reunião aos membros e que, por entendimento do Comitê Gestor, houve itens que foram excluídos em definitivo do Plano, como por exemplo as propostas que envolviam obras de infraestrutura vinculadas à Prefeitura de Barcarena, como a implantação de viveiros florestais para a recuperação de áreas degradadas; a construção e manutenção de usina de compostagem; a criação da unidade de conversação municipal e a aquisição de equipamentos para a coleta seletiva. Marcelo Moreno apresenta um breve histórico do tema, explicando que em 16 de novembro de 2021, a Semas participou de uma reunião mediada pelo Ministério Público Federal, que havia sido solicitada por lideranças de Barcarena, visando obter maiores informações sobre o Plano de Aplicação dos recursos das multas. Ao final, o Ministério Público compartilhou a ata da reunião com algumas recomendações à Semas, em destaque: adotar medidas para promover maior participação da sociedade civil no processo de elaboração do Plano de Aplicação, garantindo com que as comunidades interessadas pudessem apresentar propostas e sugestões em relação ao Plano e que fosse disponibilizado na página da Semas, um link público para apresentação de propostas da sociedade em geral. Para essa recomendação, a Semas realizou a criação do protótipo de um sistema online para recebimento de propostas. No entanto, Marcelo explica, que no momento eleitoral, o protótipo não pôde ser ativado para uso. Dando continuidade, Moreno relata sobre as últimas reuniões do Comitê Gestor, ocorridas em 19/11/2021; 24/02/2022; 03/06/2022 e a próxima agendada para agosto de 2022. Conclui informando os próximos passos no âmbito do Plano de Aplicação: finalizar a elaboração do Plano, que está sendo construído e garantir o recebimento de propostas e sugestões da sociedade interessada, podendo ser de forma física com entrega em protocolo, virtual (por e-mail etc.), de forma aberta e democrática, enquanto não se tem o espaço virtual disponível para recebimento de propostas. Mas, para se avançar nesses passos, Marcelo explica que a **Semas deverá realizar um processo de descentralização dos recursos do Fema, específicos dos valores das multas do TAC Hydro, para serem gerenciados por uma entidade externa.** A proposta, segundo Marcelo, é que uma entidade, selecionada por processo público, possa apoiar a Semas na conclusão do Plano de Aplicação e que realize a sua implementação. Reforça que, para o processo de seleção, a entidade deverá ter conhecimento da situação atual do município, das comunidades envolvidas, com atuação

local, conhecimento em mobilização social de comunidades, experiência em ações presenciais e virtuais de mobilização, com aplicação de ferramentas e instrumentos como oficinas, diagnósticos e outras formas de capacitação para garantir a participação ampla da sociedade local em todo o processo de implementação do Plano, que possibilite maior interação com a equipe da Semas, do Comitê Gestor do Plano de Aplicação e a sociedade. Para que esse processo de seleção ocorra, Moreno explica que será necessário **lançar um edital de chamamento público para que as entidades concorram, com objeto específico para a implementação do Plano e gestão dos recursos**, que serão descentralizados da conta específica do Fema para a entidade vencedora, e que será realizada de forma progressiva a descentralização dos valores, por meio de percentuais que deverão ser executados através de um plano de ação anual, por exemplo. Marcelo especifica que seria uma gestão descentralizada, efetivamente realizada pela entidade externa a ser contratada para a implementação do Plano de Aplicação, por meio de um Plano de Ação aprovado e fiscalizado pelo Comitê Gestor e outros órgãos, como o Ministério Público. Por fim, Marcelo Moreno informa que o Comitê Gestor recebeu propostas encaminhadas à Semas, sendo uma proposta da Associação dos Pescadores e Pescadoras Artesanais e Piscicultores de Vila de Beja, que foi entregue por Elidiane Cardim, durante a reunião do Comitê Gestor, em 24 de fevereiro, assinada também por Lúcio Marinho Neves; a segunda proposta veio da representação 2 da sociedade civil do CA, formada pelas comunidades Jardim Cabano, Itupanema, Vila Nova, Bom Futuro e Jardim Paraíso, e foi enviada via e-mail por Jackeline Sales, onde assina também Rosenilda Evangelista; a terceira foi enviada no último dia 3 de junho, na reunião do Comitê Gestor, onde os representantes das comunidades quilombolas e tradicionais, entregaram sua proposta, assinada por Mário Santos e por Elidiane Cardim. Edane Acioli agradece a apresentação de Marcelo Moreno e passa a palavra aos demais membros do Comitê Gestor do Plano de Aplicação, Elidiane Cardim, Mário Santos e Rozemiro Brito, para manifestações. Mário Santos reforça que a proposta enviada por ele é da representação 1 da sociedade civil do CA, em conjunto com a representação das Ilhas de Abaetetuba, indicada para o Comitê Gestor do Plano de Aplicação, e que nesta proposta sugerem que o montante do valor que está no Fema seja descentralizado para cinco entidades gerirem o recurso, visando facilitar a administração dos valores e projetos específicos a serem implementados. Também indicam no documento que o edital a ser lançado apresente várias linhas de aplicação, como: projetos de regularização e formalização de organizações de base; de construção e reforma de sedes de organizações; projetos de cunho formativo, de geração de renda, meio ambiente, promoção do turismo, etc. Mário sugere que as três propostas enviadas pela sociedade civil sejam apresentadas no CA, para que os membros possam dialogar amplamente. Mário apresenta preocupação com relação ao tempo decorrido e quanto a não aplicação do valor das multas em projetos para a sociedade beneficiária, reforça a necessidade de se concretizar essa aplicação, assim, concorda que, como o Fema e a Semas não têm corpo técnico para gerenciar os projetos, que haja uma colaboração técnica, abrindo um edital público para entidades, que tenham responsabilidade e prática em gestão de projetos. Passa-se a palavra para a procuradora do Estado do Pará, Fernanda Sequeira, convidada pela Semas para contribuir com a

pauta. Fernanda explica que o Fema é um fundo público, assim, para que haja a descentralização de valores, é necessário realizar licitação pública, respeitando as exigências do procedimento. Informa que o valor no Fema para o Plano de Aplicação está sendo auditado pelo Tribunal de Contas e Ministérios Públicos. Relata que, dentro das primeiras tratativas junto ao Ministério Público Federal, houve a recomendação de se descentralizar, inicialmente, uma porcentagem do valor global, entre cinco a dez milhões, visando avaliar e monitorar a implementação, expandindo-se progressivamente. Mas, para que esses procedimentos ocorram, **primeiramente o Conselho do Fundo Estadual de Meio Ambiente deve se reunir e deliberar a necessidade da descentralização e da gestão do Plano de Aplicação para uma entidade terceira.** Somente após esse registro da deliberação, será possível lançar o edital, e como os valores são altos, não será possível enquadrar na modalidade de carta-convite. No edital, deve-se colocar as especificações do serviço, as qualificações que as concorrentes devem ter para receber, analisar, qualificar e gerir os projetos que serão apresentados pela sociedade. Fernanda reforça que esse procedimento de descentralização de recursos do Fema para outra entidade gerenciar, exigirá controle, fiscalização e transparência na prestação de contas. Sobre a sugestão de se dividir para cinco entidades a gestão do valor, Fernanda avalia que, do ponto de vista da continuidade do acompanhamento dos processos para que não haja rupturas, talvez não seja o melhor formato. E sobre os projetos a serem apresentados pelas organizações de base, é necessário pensar em critérios de aplicação e valores para projetos estruturantes. Segundo Fernanda, é importante definir critérios que indiquem o que seria primordial para se iniciar a aplicação dos valores. Além de ser acrescentado no Plano de Ação, da entidade selecionada para gerenciar os recursos, um plano de gestão de riscos, que inclua apoio para as comunidades e organizações que irão receber os valores, que possam gerenciar e realizar a prestação de contas de forma correta. Finaliza sua manifestação se colocando à disposição para o desenvolvimento dos próximos passos. Elidiane Cardim retoma a questão da descentralização da gestão dos valores do Fema para uma entidade externa, reforçando a necessidade e concordância, mas que seja realizado este ano ainda, solicita que seja descentralizado pelo menos uma parte para se iniciar os projetos voltados às comunidades. Reforça também a importância de que a entidade gestora seja selecionada por meio de um edital público, dando transparência ao processo, mas, da mesma forma como citado anteriormente, que tenha experiência e atuação dentro dos municípios de Barcarena e de Abaetetuba. Cita que há instituições atuantes no território com esse perfil e capazes de realizarem esse serviço, como o IEB, que já atua como secretaria executiva do Comitê de Acompanhamento e o Fundo Dema, que está gerenciando projetos com comunidades da região. Reforça que a entidade deve conhecer a realidade dos municípios e das comunidades. Mas, frisa a necessidade de se encontrar um mecanismo para se efetivar a descentralização, o quanto antes, para que as comunidades possam apresentar seus projetos e que os valores sejam aplicados dentro de projetos que possam beneficiar coletivamente as comunidades, por exemplo, projetos de horta, de tanque ou de criação de peixe, pois os rios estão contaminados e a população consome o peixe. Marcelo Moreno responde a Mário, esclarecendo que a apresentação das três propostas seria feita durante a reunião do Comitê Gestor do Plano de Aplicação,

agendada para agosto. Para ampliar o debate, sugere que a reunião de agosto seja ampliada, com convidados do Comitê de Acompanhamento do TAC, interessados em acompanhar a reunião. Discorre rapidamente sobre a proposta apresentada por Mário e Elidiane, dizendo que tratam sobre as questões de infraestrutura, de geração de trabalho, emprego, renda e sustentabilidade, além de uma linha de capacitação e formação. Conclui dizendo que a atualização do Plano de Aplicação já inclui uma análise das três propostas enviadas à Semas em uma versão consolidada. Maria das Graças concorda com Mário e Elidiane sobre a necessidade de se liberar os valores para os projetos até final do ano. Reforça que as comunidades consomem o peixe local, e que gostariam de instalar tanques para criação de peixe e hortas para a geração de renda e subsistência. Fátima Solange pergunta à Semas se os representantes, que fazem parte do CA, podem encaminhar propostas pelas comunidades que representam. Alerta sobre a questão da distribuição dos valores em projetos, que se tenha atenção aos critérios para que não fiquem comunidades beneficiárias de fora, gerando reclamações posteriores ao Ministério Público. Assim, apresenta a **proposta de que a divisão de beneficiários seja estabelecida a partir das comunidades que fazem parte das dez representações da sociedade civil que estão dentro do CA**, garantindo que não fiquem de fora, por exemplo, cada representação poderia apresentar uma proposta de projeto ao edital específico para as comunidades de Barcarena e Abaetetuba que estão representadas no CA. Fátima expressa seu entendimento sobre o edital para contratar a entidade gestora, primeiramente diz que conhece três entidades com atuação e experiência local que podem gerenciar o recurso, que é o IEB, o Fundo Dema e o Fundo IBS (Iniciativa Barcarena Sustentável). Exemplifica que o Fundo Dema lançou um edital de projetos coletivos em que as comunidades de Barcarena e Abaetetuba conseguiram se beneficiar, elaborando seus próprios projetos, diferente do edital que foi lançado pelo Fundo Hydro (referindo-se ao edital lançado em 2022 pelo Fundo Hydro de Sustentabilidade), que, segundo Fátima, as organizações das comunidades de base se preparam o ano inteiro, fazendo curso e treinamentos, mas não conseguiram aprovar seus projetos, por conta da complexidade do edital e ao nível de exigência e burocracia. Assim, um edital para as comunidades, segundo Fátima, precisa ser claro para que as organizações de base possam apresentar seus projetos. Por fim, Fátima deixa registrado que gostaria de ser convidada para a reunião do Comitê Gestor do Plano de Aplicação, quando as reuniões forem abertas. Edane Acioli apresenta um esclarecimento sobre os editais tratados na reunião, explica que são dois níveis de editais, o primeiro edital seria o de chamamento público para a descentralização dos recursos do Fema, lançado em nível nacional, para a seleção da entidade que irá gerenciar o recurso e implementar o Plano de Aplicação, lançando editais de projetos comunitários, que seria o segundo tipo de edital, voltado para organizações locais, específico para Barcarena e Abaetetuba, a partir das orientações do TAC. E responde a pergunta de Fátima sobre o envio de propostas, esclarece que sim, que ao longo de diversas reuniões do CA, até o momento, os membros já apresentaram sugestões ao Plano de Aplicação do Fema e que, houve também o envio de propostas elaboradas diretamente por representações do CA, como as recentes que foram enviadas à Semas, que foram citadas anteriormente. Por fim, Edane relembra que as sugestões de que os editais para projetos comunitários sejam

claros, não burocráticos, de fácil acesso, que atenda às particularidades das organizações comunitárias, facilitando a aplicação de projetos, já foram feitas e registradas em ata de outras reuniões do Comitê de Acompanhamento do TAC. Jackeline Sales **pergunta a Marcelo Moreno se há data definida de lançamento do edital de contratação da entidade gestora dos recursos do Fema.** Apresenta que concorda com a proposta de descentralizar de forma gradual os valores do Fema, pois demonstra prudência, e **sugere que seja definido um valor ou uma porcentagem inicial de aplicação.** Assim, **pergunta se já houve uma definição desse teto de valor.** Reforça que é necessário visualizar prazos, datas e valores para se ter um horizonte e começar a dar respostas às comunidades com investimentos nos territórios. Jackeline fala que, sobre a questão de divisão para diversas entidades gerirem os valores, pode causar descontinuidade, assim, **sugere que a entidade que ganhar a concorrência, aplique uma metodologia que garanta a continuidade dos projetos, além de trabalhar em um processo que possa ser construído coletivamente, pois a sociedade civil precisa ser ouvida, no sentido de incorporar ajustes metodológicos a partir da realidade local e do conhecimento das comunidades.** Por fim, discorre sobre a questão da priorização de temas e projetos, acredita que há prioridades, mas isso poderia ser o próximo passo, que poderá ser tratado com a entidade que for contratada para gerir o Plano de Aplicação. Rozemiro Brito concorda sobre a definição de prazos, mas também, de área, que seja garantido no edital, dos projetos comunitários, o atendimento à Abaetetuba e Barcarena; que seja garantido também que as comunidades participem e escolham os projetos a serem implantados em suas comunidades. E sobre a questão do envio de propostas à Semas, apresenta uma preocupação com relação ao volume de propostas que podem chegar ao órgão, que pode aumentar e chegar a um estágio que não conseguirão analisar todas, estendendo mais ainda o prazo de conclusão do Plano de Aplicação e outros passos. Acredita que, deve-se definir imediatamente o prazo do edital para a escolha da entidade que irá gerenciar os valores e implementar o Plano de Aplicação. Quanto à proposta do MPF de que seja descentralizado inicialmente apenas cinco milhões, acredita que o valor é pouco para atender a realidade, sugerindo que o valor seja de 10 a 15 milhões. Relata que está contemplado em várias falas na reunião e reforça a questão dos prazos, valores e que os projetos sejam discutidos de forma participativa dentro das comunidades. Por fim, registra uma reclamação com relação ao MPF, dizendo que o procurador da república Ricardo Negrini informou que iria visitar as comunidades do Distrito Industrial, mas ainda não foi. Convida a procuradora do Estado, Fernanda Sequeira, para conhecer de perto a situação das comunidades que estão no entorno das indústrias, deixando o convite aberto para o MPF e a PGE. Fernanda Sequeira apresenta alguns esclarecimentos gerais sobre as manifestações e questões dos membros. Sobre os editais, reforça a explicação de Edane, dizendo que há dois níveis, o primeiro é o edital para descentralizar o valor que está no Fema. Para esse edital é necessário realizar uma licitação nacional, podendo se definir critérios para as entidades concorrerem, como por exemplo, que devem apresentar expertise na região há pelo menos três anos. Assim, a entidade contratada será uma que conhece Barcarena e Abaetetuba, porque uma das prerrogativas é que a entidade já tenha desenvolvido trabalho no local. Além disso, a entidade deve mostrar uma experiência no

tema de gestão de recursos e no trabalho com comunidades. Esse edital é uma modalidade para se descentralizar o recurso e poder utilizar de maneira mais rápida e eficiente. Acrescenta que, é necessário entender que os 38 milhões são destinados às áreas que foram impactadas, que o TAC já orienta. Assim, não há necessidade de se preocupar com a área, pois o direcionamento está definido e não poderá ir para outra região. Avalia que a sugestão de Fátima é interessante, pois prioriza as comunidades que estão representadas no CA. Mas, sugere que sejam definidos projetos de primeira linha, que serão executados inicialmente, e a partir desses, pode-se montar um edital com outros critérios. Sobre o valor indicado pelo MPF, acredita que, se as comunidades apresentarem outras necessidades de imediato, a partir de suas vulnerabilidades e urgências, o montante pode ser discutido. Para se avançar nos passos, **é necessário elaborar um cronograma de trabalho com as datas**. Por fim, coloca-se à disposição para colaborar nessa ação, articulando e organizando. Marcelo Moreno responde à Fátima, dizendo que sim, que podem encaminhar propostas, mas que sejam propostas encaminhadas pelo representante das comunidades e pactuadas dentro das próprias comunidades. Sobre a pergunta de Jackeline com relação à data, explica que ainda estão em tratativas na Semas para definir o perfil do edital. Responde ainda que, sobre a questão da experiência da entidade, reforça que será especificado no edital que a entidade tenha o conhecimento local e toda a vinculação nas tratativas de trabalhos com comunidades. Por fim, sobre a questão do valor a ser descentralizado, informa que ainda não há uma decisão, mas há uma orientação do Ministério Público Federal para se liberar o valor cinco milhões de reais. Mas, acredita que pode ser rediscutido um valor a partir de 25% do montante total. Dando continuidade à reunião, passa-se ao ponto **2.2) Apresentação do Termo de Referência do item 5.1 do TAC, que trata da auditoria independente para o Plano de Ação de Emergência (PAE)**. O convidado pela Hydro, Daniel Arvani, gerente de engenharia e projetos da área de resíduos da Hydro, apresenta este ponto de pauta sobre o item 5.1 do TAC. Daniel se apresenta como um dos responsáveis pela elaboração do Plano de Ação e Emergência - PAE para os Depósitos de Resíduos Sólidos - DRS 1 e 2 e diz que o objetivo da auditoria é examinar, junto à Semas, Bombeiros, prefeitura e demais órgãos competentes, esses Planos de Ação de Emergência, e o Plano de Gerenciamento de Riscos - PGR da refinaria, os quais estão protocolados e vigentes, sendo estes divididos em três itens: **Item A**, para os Depósitos de Resíduos Sólidos; **item B**, para o plano referente à descrição detalhada das instalações da refinaria e quanto ao processo produtivo e efluentes, além de treinamento periódicos de toda a equipe de trabalhadores e **item C**, que diz respeito ao Plano de Gerenciamento de Riscos da refinaria e do seu entorno. Daniel informa que o prazo para a execução da auditoria é de 180 dias úteis, após a assinatura do contrato, e que o processo está na fase de análise comercial e que é esperado que a contratação ocorra entre o final de agosto e início de setembro de 2022. Daniel avança nos demais pontos que devem ser analisados pela auditoria, citando os cronogramas de simulado e evidências de suas realizações, levantamento de todas as possíveis falhas e riscos do Plano de Ação de Emergência e possíveis cenários de emergência, conforme nível de respostas, que variam entre verde, amarelo e vermelho, além da verificação de adequação desse modelo de acordo com a norma prevista por lei. O fluxograma de acionamento de

responsáveis também deverá ser avaliado. Segundo Daniel, existe quadro de contatos, que são constantemente atualizados e que devem ser acionados conforme o nível de emergência, todo esse fluxo de telefonemas deverá ser avaliado pela auditoria. A periodicidade de revisão do PAE, diante das mudanças planejadas nos depósitos e o aumento populacional de Barcarena, foram parâmetros citados por Daniel para justificar a revisão dos planos, já que eles estão em constante modificação, além da integralização entre os Planos de Ação de Emergência do depósito e da refinaria, que são diferentes, mas que devem estar com seus parâmetros de segurança alinhados. Daniel diz que o raio de abrangência de uma possível situação de emergência deverá ser avaliado durante a auditoria, pois, para cada quilômetro atingido, uma medida específica deverá ser tomada e autoridades públicas e privadas, como equipe técnica da Alunorte e Hydro, Defesa Civil, Grupamento de Bombeiros, entre outros, deverão ser sistematicamente acionados, conforme o nível de emergência. Para dentro da refinaria, Daniel informa que os procedimentos de orientação dos visitantes e uso de maquinário que estão sendo utilizados também serão auditados, para refletir sobre as medidas de segurança que as empresas adotaram ao longo do tempo para melhorar a segurança dos trabalhadores e visitantes. O histórico de acidentes e de medidas que foram tomadas em sua ocasião também deverão ser analisados, se todos os órgãos e equipes competentes foram acionadas e se os processos estão bem descritos, se foram devidamente investigados e arquivados após o seu encerramento. Daniel encerra sua apresentação falando sobre a análise do glossário, que as empresas devem manter com a documentação detalhada e pertinente sobre os pontos que dizem respeito ao gerenciamento de riscos pelas empresas, por fim, diz que, o que ele apresentou, passou por uma análise da Semas e do Ministério Público para que a refinaria pudesse ser liberada para iniciar sua produção, além disso, explica que a auditoria independente, que está sendo contratada, virá para analisar e confirmar se tudo está adequado às normas previstas em lei. Após a apresentação, Elidiane Cardim pede a palavra e diz que é muito importante que o processo de auditoria dos padrões de segurança das empresas seja avaliado, para que as comunidades vizinhas e do entorno tenham conhecimento do trabalho que está sendo feito para a melhoria da segurança de todos e para que os comunitários se sintam mais seguros, em seguida, **pergunta em que estágio está a contratação da auditoria**. Daniel informa que o departamento de suprimentos da Hydro está em negociação comercial com a empresa, o que ocorre na fase de diagnóstico e homologação das empresas inscritas no edital. Mário Santos se manifesta solicitando que se tenha uma participação mais ativa do comitê técnico na apresentação dos itens dispostos no TAC e que, somente a Hydro tem assumido a parte das apresentações dos termos de referências das auditorias para o CA, questionando a participação dos demais signatários do TAC. Mário reconhece que a Hydro faz parte do comitê técnico, mas que a sociedade civil tem dúvidas em torno dos termos de referência dos itens do TAC e no seu fluxo de compartilhamento com a sociedade civil, dificultando o seu efetivo acompanhamento, sendo muito importante a participação de membros do comitê técnico do Ministério Público no acompanhamento das pautas das reuniões do CA para tirar as dúvidas das representações da sociedade civil e do próprio Ministério Público. Mário finaliza **perguntando se já se pensa em uma forma da sociedade civil poder**

acompanhar a realização das auditorias independentes, frisando que deseja maior participação do comitê técnico do Ministério Público e da Semas. Jackeline Sales pergunta o que será feito em relação aos possíveis incidentes no entorno das comunidades, no que diz respeito à retirada de comunitários, colocação de placas de sinalização, sirenes de alerta, etc. Daniel responde que todos os pontos citados por Jackeline deverão ser analisados pela auditoria quando ela for examinar o Plano de Ação de Emergência que está vigente, e que, se houver alguma ocorrência, caberá à área técnica da empresa explicar essa ocorrência para que ela seja resolvida. Edson Maciel pede à palavra e inicia informando que a **apresentação feita por Daniel Arvani será compartilhada com a secretaria executiva** e poderá ser posteriormente consultada. Edson avança informando que todas as auditorias contratadas buscam identificar pontos que podem ser melhorados dentro dos Planos Emergenciais que já existem, e que passam por auditorias internas das empresas. Edson finaliza reforçando a importância da participação de todos os signatários e do registro das demandas da sociedade civil em ata, para que os signatários possam avaliar em como melhorar o fluxo de comunicação e como atender melhor as demandas trazidas pelos membros das representações do CA. Jackeline Sales questiona sobre os resultados da auditoria, exemplificando, caso seja encontrado algum problema ou desconformidade, o que será feito, a quem caberia fazer algo para corrigir, e se há alguma previsão no TAC que contemple essa situação. Enfatiza que há moradores que se preocupam com a segurança do processo produtivo e que buscam respostas, por exemplo: se há segurança para a saúde, se é possível viver com segurança de que não haverá um acidente, e se houver, ter a certeza de que a prefeitura e a empresa irão conseguir remover as pessoas para um lugar seguro em tempo hábil. Mário Santos reflete sobre a preocupação de Jackeline, relembra dos casos de Mariana e de Brumadinho, que a auditora da época dizia que as barragens estavam seguras, no entanto, houve o acidente. Havendo questionamentos acerca dos responsáveis pelos acidentes, entre empresas e órgãos de controle e fiscalização, como os de licenciamento ambiental, os Ministérios Públicos, etc. Assim, chama a atenção para que a Hydro não assuma a responsabilidade sozinha e que envolva o Ministério Público, as secretarias do meio ambiente, o município e demais órgãos. Mário relata uma situação ocorrida na comunidade Bom Futuro, destacando a necessidade da comunicação junto às comunidades, dizendo que é essencial para situações de risco. Explica que houve um treinamento em Bom Futuro, passando pelas comunidades Burajuba e São João, que são quilombolas, havendo alerta com sirenes e carros da empresa dentro das comunidades, com pessoas de fora, perguntando para os moradores: “se o DRS viesse a romper, para onde você correria?”. Essa situação causou medo nos moradores, houve gente passando mal, com falta de ar e indo para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Nesse dia, relata ainda Mário, que fizeram ligações para ele e outras lideranças para tentar entender se era treinamento ou real. Assim, reforça a necessidade de se ter um plano de comunicação adequado e atualizado, que as comunidades conheçam. Conclui que, as manifestações dos membros no CA não são contra a empresa, que os membros estão para acompanhar a empresa, que é vizinha das comunidades e que deve estar dentro das regras e legislação, e que, ao mesmo tempo, deve respeitar os moradores enquanto vizinhos, assim, finaliza dizendo que

é para isso que o Comitê de Acompanhamento do TAC existe, e está em seu regimento, dar opinião, criticar, apontar solução, sendo esse o papel de quem está no CA, o de acompanhar. Jackeline Sales pergunta a Daniel se esse plano irá contemplar a questão da segurança dos trabalhadores. Daniel Arvani responde à Jackeline, dizendo que sim, que contempla a segurança dos trabalhadores. Maria das Graças **sugere que os membros sejam convidados para conhecer as instalações dos depósitos**. Edson Maciel se manifesta dizendo que é possível organizar uma visita, incluindo uma visita à empresa e aos depósitos. Sugere que, Daniel Arvani, que trabalha diretamente com os DRS, que possa organizar uma visita do grupo do CA para conhecerem os depósitos. Daniel Arvani confirma que é possível programar essa agenda de visita específica para o público do CA, agradecendo a participação na reunião, ficando à disposição para outras questões, que possam surgir posteriormente dos membros. **Fica encaminhado que haverá uma visita dos membros do Comitê de Acompanhamento do TAC à empresa e aos depósitos, a ser organizada pela Hydro, com agenda a definir**. Dando seguimento à pauta, passa-se ao ponto **3) O que ocorrer**. Jackeline Sales registra uma reclamação acerca da ausência de alguns membros na reunião do CA, observando para que não seja criado um esvaziamento do espaço, tanto de signatários, como da Prefeitura de Barcarena e Sindquímicos. Reforça que os membros da sociedade civil estão fazendo um trabalho voluntário na participação dentro do Comitê. Mário Santos concorda com Jackeline, e solicita que seja aplicado o regimento interno do CA, que prevê sobre três ausências consecutivas sem justificativa. Assim, caso algum membro considere que as atividades do Comitê estão densas, que destinem outros representantes como membro. Ficando registrado em ata o **encaminhamento de que a secretaria executiva entre em contato com titulares e suplentes com ausências não justificadas para dialogar sobre o regimento e orientar sobre as regras e formas de participação**. Passou-se para o último ponto, **4) Definição da pauta e data da próxima reunião**. Como sugestão de pauta, houve a indicação de se continuar com a pauta sobre o plano de aplicação dos valores das multas no Fema. Também foi sugerida uma atualização dos termos de referência do TAC para a contratação das auditorias. Os membros presentes se manifestaram concordando com a sugestão de pauta. Assim, a próxima reunião ocorrerá, ainda em formato virtual, com a seguinte pauta: **1) Atualização sobre o plano de aplicação das multas pagas ao Fundo Estadual de Meio Ambiente (Fema); e 2) Atualização dos termos de referência do TAC para as auditorias independentes**. Ficando agendada a próxima **reunião ordinária** para o dia **27 de setembro de 2022, às 14:30h**. Após as manifestações dos presentes, foi dada por encerrada a reunião às 18h10, o IEB, na condição de Secretaria Executiva, lavrou a presente ata.